



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Campus Universitário de Ananindeua
Curso de Especialização em Ensino de História

ALBERTO DANIEL PEREIRA DE BARROS

PAULO DE TARSO NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA: POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DOS TEXTOS BÍBLICOS EM SALA DE AULA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Ensino de História da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Ananindeua, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Adilson J. I. Brito

Ananindeua-Pa

2018

PAULO DE TARSO NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA: POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DOS TEXTOS BÍBLICOS EM SALA DE AULA

Alberto Daniel Pereira de Barros

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir possibilidades de utilização dos textos bíblicos em sala de aula para auxiliar no Ensino de História Antiga, principalmente nas turmas do 1º ano do Ensino Médio, em cujo currículo os conteúdos sobre Antiguidade são apresentados e devem ser ensinados. Para tanto, será realizado, em princípio, um breve panorama do Ensino de História Antiga e suas dificuldades relacionadas à execução dos requisitos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que através dos seus pré-requisitos influencia nos conteúdos de História ministrados em sala, que precisam estar em harmonia com o que o exame exige. Também serão levantadas possíveis formas de emprego dos textos bíblicos relacionados com a vida e a obra de Paulo de Tarso, os usos desses escritos como documento histórico do primeiro século, que pode nos oferecer um cenário do cotidiano das pessoas na sociedade romana da antiguidade.

Palavras-Chaves: ENEM, Ensino de História, Antiguidade Clássica; Paulo de Tarso.

Abstract

The purpose of this article is to discuss possibilities of using the biblical texts in the classroom to assist in the teaching of Ancient History, especially in the classes of the first year of High School, where the content of Ancient Rome is presented. In order to do so, it demonstrates in principle a brief overview of the Teaching of Ancient History and its difficulties related to the execution of the requirements of the National High School Examination (ENEM), which, through its prerequisites, influences the contents of be in harmony with what the exam requires in your test. Possibles ways of using biblical texts will also be raised related to the life and work of Paul of Tarsus as a historical document of the first century, which can offer us a scenario of the daily life of people in ancient roman society.

Keywords: ENEM, Teaching History, Classic Antiquity Paul of Tarsus.

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem se tornado o padrão para as avaliações dos alunos do Ensino Médio, em todo o Brasil, com a pretensão de substituir outros exames que possibilitem ao cidadão o ingresso ao ensino superior e ao mercado de trabalho mais qualificado. O ENEM nasce assim como um projeto ambicioso e bastante amplo, por conseguinte padronizando as avaliações pós-Ensino Médio.

Sobre os objetivos iniciais do ENEM, Santos esclarece que:

A pretensão do ENEM era avaliar a qualidade do Ensino Médio ao mesmo tempo que dava ao aluno, e somente a ele, já que os resultados são individuais e sigilosos, uma noção de suas qualidades e deficiências em face das competências para enfrentar o mundo. A prova procurava atingir quatro competências básicas, como: domínios de linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento de situações-problema, construção de argumentações e elaboração de propostas de intervenção na realidade. (Santos, 2011, p.197)

O exame foi criado em 1998 com o objetivo inicial de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica, para fins de coleta de dados institucionais sobre a educação pública brasileira. Consequentemente, essa diretriz foi ampliada pelo *Ministério da Educação e Cultura* (MEC), para servir de parâmetro auxiliar da escola para a construção do currículo e do próprio conhecimento do aluno, podendo participar do exame alunos concluintes ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores.

Avaliando a partir das competências e habilidades desenvolvidos pelos alunos durante o período final do ensino básico, o ENEM foi mesclando, para tal, os conhecimentos formais adquiridos na escola com uma visão demasiadamente conteudista e tecnicista sobre o mundo. Existem críticas no sentido de que o Enem hoje acaba engessando o Ensino Médio. “Na ausência de um currículo, ele acaba servindo de referência. Temos uma padronização por conta da prova, quando precisamos de um ensino médio diversificado” (Ferreira; Paula. 06/09/2016)

E é exatamente sobre esse impacto que o ENEM provoca na estrutura curricular do Ensino Médio que este artigo tem o objetivo de examinar. Principalmente o impacto que a padronização das questões para se adequar ao ENEM tem sobre o Ensino de História e apontar uma sugestão a esse modelo que pode equalizar os requisitos do exame a um Ensino de História Antiga mais dinâmico, com outras fontes e referenciais históricos.

Dirigindo os estudos sobre o I século d. C através da utilização dos escritos de Paulo de Tarso e sobre sua vida, propomos o uso da Bíblia em sala de aula como, uma fonte de informações sobre o cotidiano das pessoas comuns no Império Romano. Propondo assim uma

dinâmica diferente para a abordagem da História Antiga aos alunos do Ensino Médio, aproximando os conteúdos de períodos tão remotos do cotidiano da sala de aula. Veremos com mais atenção as peculiaridades e dificuldades do Ensino de História Antiga.

2 DIFICULDADES NO ENSINO DA HISTÓRIA ANTIGA

O Ensino de História tem suas dificuldades, que são ampliadas quando se trata do estudo da Antiguidade, requerendo do professor uma abordagem do período capaz de apresentar importância de se estudar a Antiguidade e que ela se inicia muito antes do que pensamos, pois, “a antiguidade tampouco inicia-se com a escrita, mas, cada vez mais, busca-se mostrar como o homem possui uma História Antiga multimilenar, anterior à escrita em milhares de anos.” (Funari, 2016, p. 97).

Dessa forma é importante a utilização de métodos e matérias didáticos que despertem o interesse do aluno por períodos tão antigos, demonstrando assim a relevância de se estudar períodos, personagens e processos em sociedades que existiram em períodos muito remotos, compreendendo por exemplo, que “os hebreus já não são apenas precursores do cristianismo, mas fazem parte de nossa própria maneira de conceber o mundo.” (Funari, 2016, p. 97).

Desmistificando assim ideias que podemos ter sobre os povos da antiguidade e percebendo aos poucos as semelhanças que temos com eles através da herança cultural que herdamos dessas sociedades. Ao estudar a sociedade romana, por exemplo, é possível observar certas similaridades entre essa sociedade e a nossa, uma vez que “a sua História é aquela da diversidade, da absorção e da interação cultural. Logo se chega a Darcy Ribeiro e sua caracterização do Brasil como a nova Roma.” (Funari, 2016, p. 98)

A aproximação da nossa realidade com a cultura dessas sociedades passadas é uma forma de despertar o interesse dos alunos por esse conteúdo e, conseqüentemente, por essa sociedade e suas peculiaridades, uma vez que o Brasil observa certas semelhanças no processo de formação da nossa sociedade. Nesse sentido, Darcy Ribeiro afirma: “Isso significa que, apesar de tudo, somos uma província da civilização ocidental. Uma nova Roma, uma matriz ativa da civilização neolatina.” (Ribeiro, 2006, p. 242).

E um bom exemplo dessa diversidade e interação cultural no mundo romano, no qual podemos fazer analogias com o nosso cotidiano, é a vida de Paulo de Tarso. Paulo nasceu em um lar judaico; aprendeu a cultura e pensamentos gregos; viveu e interagiu em um mundo dominado pelas leis e costumes romanos. Acompanhando a sua vida e seus escritos, podemos perceber vestígios das três culturas e como elas interagiam no século primeiro d.C., e ainda

discutir como esse encontro de três culturas resultou em uma forma particular de ver o mundo.

O uso dos seus textos e do livro de *Atos dos Apóstolos*, pode nos viabilizar detalhes do cotidiano das pessoas que viviam tanto na periferia do Império Romano, quanto em sua capital, Roma. Além disso, temos a oportunidade de discutir em sala de aula o que pode ser considerada uma fonte histórica, informando assim que na segunda metade do século XX o conceito de fonte histórica foi ampliado, incluindo a imagem, a literatura e a cultural material. Dessa forma: “os termos registro e vestígios passaram, nas últimas décadas do século, a ser mais e mais adotados, demonstrando a nova concepção histórica dominante em pesquisa sobre a cultura e o cotidiano, a alimentação e a saúde, as mentalidades coletivas.” (Silva e Silva, 2006, p. 159).

É importante notar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) corroboram com essa concepção:

As pesquisas históricas desenvolvidas a partir de diversidade de documentos e da multiplicidade de linguagens tem aberto portas para o educador explorar diferentes fontes de informação como material didático e desenvolver métodos de ensino que, no tocante ao aluno, favorecem a aprendizagem de procedimentos de pesquisa, análise, confrontação, interpretação e organização de conhecimentos históricos escolares. (Brasil, 2008, p. 33)

Porém, a execução desses procedimentos de ensino e aprendizagem está condicionada às demandas do Ensino Básico, representada em grande parte pelos requisitos do Exame Nacional do Ensino Médio, que, ao avaliar o desempenho escolar e acadêmico dos alunos da Educação Básica através do seu exame anual, apresenta uma forma de avaliar que prioriza alguns conteúdos por matérias. Como discute Maria Inês Fini, Presidente do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP), órgão responsável pelo Exame, quando afirma que “na verdade, hoje, no Enem, não se avalia o ensino médio. O Enem foi transformado de processo qualificatório para classificatório, usando-se, para isso, uma lista de conteúdos por disciplina. É o modelo do vestibular tradicional, que precisa excluir pessoas, em vez de qualificá-las.” (Ferreira, Paula. 10/08/2016)

É importante ressaltar aqui quais os conteúdos mais cobrados nas provas do ENEM, por considerar a influência que o exame exerce sobre o currículo do Ensino Médio. Observando que “é notória a preocupação do Enem em cobrar movimentos sociais e movimentos por direitos humanos. [...]. Além disso, conforme ressaltado pelos professores, o Enem tende a cobrar mais História do Brasil do que História Geral.” (Prado; Lourenço, 2017).

Sendo assim, o professor precisa equalizar diversas demandas no trabalho de ensinar História Antiga ao Ensino Médio. Dentre estas, existe a necessidade de contextualizar a Antiguidade para a realidade do aluno e rediscutir algumas exigências do ENEM, entendendo também que é necessário trazer para as salas de aula novas abordagens e metodologias de ensino-aprendizagem para um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados.

Sobre as consequências desse Exame sobre o Ensino de História, Eugenio & Costa nos dizem que:

Esse novo método de avaliação acarretou transformações nas disciplinas escolares, atendendo à demanda exigida pelo exame, sobretudo na matéria de História, fragmentando-a e não abordando-a em sua totalidade, além do fato da exclusão do educando como agente histórico, isso porque a fragmentação da matéria não permite o estudo da História como um processo e sim como um relato de fatos. (Eugenio; Costa, 2013, p. 70)

O Ensino de História precisa ser pensado para além de um exame nacional; não pode ficar restrito ao aprendizado mecânico para um determinado fim, subutilizando toda uma gama de métodos e conhecimentos em prol de uma simples prova de conteúdos. O Ensino Médio precisa agregar novas discussões e metodologias aplicadas aos recursos didáticos em sala de aula, como é o caso da utilização dos textos bíblicos para o Ensino de História Antiga.

Essa é uma responsabilidade que o professor não pode delegar a ninguém. Sendo assim, o Ensino de História depende e muito do comprometimento do professor para uma melhora na educação, pois segundo Pinsky e Pinsky “mais do que o livro, o professor precisa ter conteúdo. Cultura. Até um pouco de erudição não faz mal algum. Sem estudar e saber a matéria não se pode haver ensino. É inadmissível um professor que quase não lê.” (Pinsky e Pinsky, 2016, p. 22)

É também responsabilidade do professor, além do constante aprimoramento profissional, desenvolver métodos de uso das fontes históricas em sala de aula; compreendendo a utilização de documentos históricos, como a Bíblia aqui é examinada, em sala de aula “enquanto convite para se pensar uma temporalidade outra, ou seja, como dispositivo que impõe um esforço cognitivo para melhor aproximação de experiência do passado, com todas as contradições que tal ato pode encerrar.” (Castanho, Souza, 2017, p.4). Dessa maneira:

Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (Calmi, 2008, p. 141)

A Bíblia então sendo utilizada em sala de aula como fonte histórica viabilizaria a oportunidade de se discutir com os alunos os aspectos culturais e históricos de períodos e locais específicos como a Roma do século I, abordando assim esse livro de uma forma a permitir que seja pensado para além do caráter religioso, assumindo um papel de fonte histórica, pois “é o docente, em sua prática cotidiana que saberá o momento adequado para trabalhar com os documentos, decidindo as intenções didáticas e a especificidade da temática histórica estudada.” (Carvalho; Zampa, 2017, p.41).

Contribuindo assim para uma melhor compreensão de assuntos um pouco mais complexos uma vez que, “o uso de documentos, em sala de aula, cumpre, dessa maneira, a função de ajudar a construir o pensamento crítico, e de contribuir para tornar mais concretos conteúdos, por vezes, marcados pela abstração.” (Carvalho; Zampa, 2017, p.42).

Contudo, o uso de documentos em sala de aula não pode ser feito de qualquer maneira, precisa antes de tudo de uma análise criteriosa por parte do professor, da forma como será utilizado, levando em consideração o público ao qual será apresentado e a melhor maneira de ser apresentado aos alunos pois “o objetivo é favorecer sua exploração pelos alunos de maneira prazerosa e inteligível, sem causar muitos obstáculos iniciais.” (Bittencourt, 2008, p. 330).

O simples ato de levar a Bíblia para a aula de História, ler um trecho de uma carta de Paulo ou do livro de *Atos dos Apóstolos*, não garante a aprendizagem do aluno sobre o período que o professor pretende ensinar e nem caracteriza a Bíblia como fonte histórica; se antes não for feito um planejamento detalhado da aula para inserir esse livro de forma a se relacionar harmoniosamente com o conteúdo estudado, observar a faixa etária dos alunos e o nível de compreensão de cada turma, o tempo necessário (o número de aulas semanais e o tempo da hora-aula) para desenvolver as atividades com o documento; ou seja, é necessário um planejamento prévio detalhado para que o professor alcance seu objetivo ao levar um documento para sala de aula. Nesse sentido, é importante observar que:

Os jovens e as crianças estão “aprendendo história” e não dominam o contexto histórico em que o documento foi produzido, o que exige sempre atenção ao momento propício de introduzi-lo como material didático e à escolha dos tipos adequados ao nível e às condições de escolarização dos alunos. (Bittencourt, 2008, p. 329).

Se não forem observados esses fatores o documento em sala de aula não cumpre o objetivo inicialmente proposto e se torna um empecilho para a compreensão do assunto abordado na aula. As atividades sugeridas em sala que incluem o documento, também devem ser planejadas com a intenção de tornar a aula proveitosa com a estreita afinidade ao conteúdo relacionado; o tempo que o professor dispõe para atividades em sala é um fator restritivo, porém pode ser bem aproveitado se as atividades durante a aula forem bem planejadas, uma vez que “de maneira geral, ao se fazer a análise de um documento transformado em material didático, deve se levar em conta a articulação entre os métodos do historiador e os pedagógicos.” (Bittencourt, 2008, p. 333). Dessa forma:

Além desses cuidados, é importante desenvolver os passos das atividades de leitura, de maneira que sejam relacionados debates orais (socialização do conhecimento entre os alunos) e atividades para o desenvolvimento da escrita, criando condições para o aluno aprender a fazer resumos, sínteses, reelaborar textos ou simples frases que conduzam à utilização dos conceitos (forma adequada de verificar se um conceito foi aprendido). (Bittencourt, 2008, p. 348)

Assim, vemos que o Ensino de História é criado e recriado em ambiente bastante dinâmico e repleto de oportunidades, apesar da necessidade de se seguir os PCNs, que nos pronunciam:

Nesse sentido, o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sua sociedade nacional e mundial. (Brasil, 2008, p. 34)

O que o aluno aprende em sala de aula, de uma forma ou de outra, é levado para fora dos muros da escola e vice-e-versa; é compartilhado com a família e os seus amigos. Por isso, mais uma vez enfatizo o cuidado que o professor deve ter ao abordar os conteúdos históricos dentro da dinâmica temporal presente-passado; a responsabilidade da escola na formação do aluno como cidadão e como a sala de aula pode ser um lugar de oportunidades para ir além do livro didático e das abordagens muitas vezes limitadoras da grade curricular do ENEM.

A ideia aqui é delimitar uma proposta para o Ensino de História Antiga do Ensino Médio, em especial relacionada ao contexto histórico da Antiga Roma, com o aporte e a utilização dos textos bíblicos. Esses escritos nos sugerem maiores e interessantes detalhes da vida e da obra de Paulo de Tarso, que viveu durante o século I, conheceu a capital do Império Romano e se disse o último apóstolo de Jesus, o Cristo. Sua obra foi tão relevante para o sucesso do Cristianismo, que as suas cartas compõem quase a metade do *Novo Testamento*.

Até porque o conhecimento sobre a história da Roma Antiga, seja por intermédio da Bíblia ou não, é bastante salutar, tendo em vista que somos herdeiros dessa cultura, tanto nos costumes quanto nas leis. Sobre essa questão, Francisco nos diz que:

Ao contrário, a ideia de herança cultural, de civilização e de ocidente, para serem discutidas criticamente na redefinição de fronteiras e posições no debate histórico, dependem do conhecimento da História Antiga. Não basta dizer que Grécia e Roma não nos interessam. Elas continuam presentes em narrativas variadas, mesmo no Brasil, onde sua posição como centro pode ou não ser ratificada.

Tais narrativas são frequentemente reproduzidas em livros didáticos e paradidáticos, romances, contos e poesias; em inúmeras mídias relacionadas ao consumo de massa como novelas, filmes, livros álbuns musicais; e mesmo na manutenção e interpretação de obras antigas como a Bíblia. (Francisco, 2017, p. 40)

Ao estudarmos História nos deparamos com a realidade passada e presente de povos muito distantes de nós mesmos, tanto temporalmente quanto geograficamente, mas aprendemos muito sobre o outro, não necessariamente para entendermos nossa origem, mas sim para entender a humanidade como tal. Nesse sentido Francisco continua:

A cidade antiga, aquela que foi organizada na Mesopotâmia e no Egito, a pólis como a Atenas do Período Clássico, a metrópole de um império como Roma, seriam, assim exemplos que permitiriam reflexões sobre a diversidade da experiência humana no planeta e não a nossa origem. (Francisco, 2017, p. 53)

A utilização dos textos bíblicos deve ser desmistificada para o bem do Ensino de História Antiga, que não deve prescindir de um documento tão rico em detalhes históricos. Obviamente, nem todos os textos contidos na Bíblia tem um caráter “histórico”, mas o limite do que pode ser considerado “histórico” ou não é a capacidade do professor de interpretar os textos e de extrair o máximo de informações que eles têm a oferecer.

Cabe ressaltar aqui a noção de fonte histórica para uma melhor análise da Bíblia como tal, visto que “o termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é documento.” (Silva; Silva, 2006, p. 158). Porém, nota-se que:

Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de idéias preconcebidas, significando não apenas registro escrito, mas principalmente o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história. (Silva; Silva, 2006, p. 158)

Portanto, é relevante a compreensão do que pode ser considerado fonte histórica e consequentemente como utilizá-las em proveito do Ensino de História, lembrando que:

A preocupação com o documento é uma das primeiras e principais questões postas ao historiador, e trabalhá-lo em sala de aula ajuda a formar novas gerações capacitadas a pensar, refletir e construir novas fontes para a interpretação das sociedades. (Silva; Silva, 2006, p. 160)

Considerando que a Bíblia é um livro (ou um conjunto de livros) escrito por autores humanos, em idiomas humanos e em contextos tipicamente humanos; e ainda de acordo com as convenções retóricas dos respectivos períodos históricos em que foram escritos. É possível afirmar então que a Bíblia se enquadra na noção de documento histórico, no sentido de que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder.” (Le Goff, 2003, p. 535-536).

Assim sendo, podemos analisar os escritos do Novo Testamento enquanto textos históricos, pois:

Esses autores não tiveram nada a ver com os acontecimentos futuros que fizeram com que seus livros fossem considerados inspirados, colocados em um cânone e chamados de Novo Testamento. Os autores eram pessoas reais, de carne e osso, históricas; haviam ouvido relatos sobre Jesus, provavelmente lido versões anteriores de sua vida, e decidiram escrever suas próprias versões. (Ehrman, 2014, p. 78)

As cartas de Paulo e o livro de *Atos dos Apóstolos*, notadamente, nos oferecem um panorama histórico-cultural onde é possível observar comportamentos, estruturas sociais, legislações entre outras peculiaridades dos lugares por onde Paulo esteve durante suas viagens missionárias.

Examinando de forma mais cuidadosa o livro de *Atos dos Apóstolos* podemos perceber que Lucas (autor de *Atos*) tenta fazer uma reconstituição histórica dos acontecimentos descritos. Salientando que a “na Antiguidade, a História era um gênero literário e devia servir, em primeiro lugar, ao deleite e à formação moral.” (Vasconcelos; Funari, 2013, p. 19).

Entretanto ao analisarmos melhor constatamos que há informações que indicam um conhecimento em primeira mão por parte do autor:

Assim Filipos é descrita como uma colônia romana (At 16,12), termo técnico assim com outras denominações corretas são apresentadas para magistrados diversas cidades: *politarcas* em Tessalônica (At 17, 6), *prótos* da Ilha de Malta (o chefe, At 28, 7). (Vasconcelos; Funari, 2013, p. 20)

Da mesma forma, as cartas paulinas podem nos revelar alguns detalhes da vida e da obra de Paulo, das pessoas com quem teve contato, na qualidade de viajante do século I, seus escritos assumem um papel importante na descrição dos eventos vividos por ele; destacamos então suas características:

As cartas faziam parte, assim como a Historiografia, de um gênero literário. Tinham, portanto, certas características genéricas: uma saudação inicial, o desenvolvimento do tema e da mensagem, uma conclusão, como uma firma do autor. Paulo não poderia ter se preocupado, em vida, com a publicação das suas epístolas, à diferença de autores como Cícero (século I a. C.) ou Plínio, o Jovem (século II d. C), pois estava sempre em movimentação, a pregar e a enfrentar agruras decorrentes dessa ação missionária. Eram documentos de circunstância, para responder a inquietações concretas e momentâneas das comunidades. (Vasconcelos; Funari, 2013, p. 22-23)

Como disse Bart D. Ehrman, sobre não existir uma hermenêutica especial para interpretar a Bíblia: “são humanos e históricos, seja qual for a opinião que se tenha deles, e tratá-los de maneira diferente significa interpretá-los mal.” (Ehrman, 2014, p. 77). Nos escritos de Paulo - e o que foi escrito sobre sua vida por Lucas (o autor do livro de Atos) – é possível construir, mesmo que parcialmente, uma ideia bastante viva da sociedade romana do século I, com as suas tradições, sua cultura, relações sociais, leis, entre outras peculiaridades. Analisemos agora as possibilidades de uso dos textos bíblicos do Novo Testamento, notadamente, as Cartas Paulinas e o livro de *Atos dos Apóstolos*, em favor do Ensino de História Antiga.

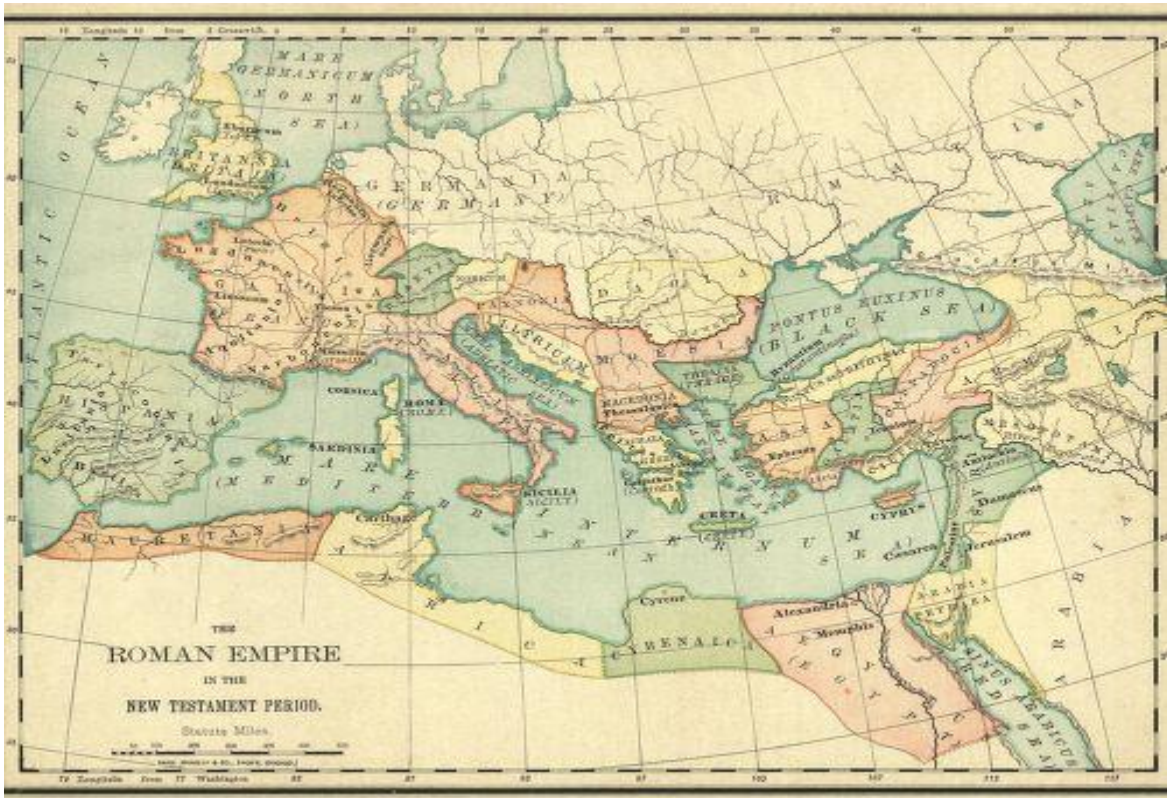
3 PAULO DE TARSO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Paulo de Tarso (32 - 60 d.C., aproximadamente) foi um homem com uma história de vida muito interessante. O livro de *Atos dos Apóstolos* nos assegura que ele tinha cidadania romana herdada do pai, de religião judaica e estudioso da sua fé; também falava grego, latim e hebraico. Era, portanto, judeu, grego e romano ao mesmo tempo. Dessa forma, não podemos dizer que Paulo se apropriou dessa ou daquela cultura, tradição, convenção ou prática. Ele era fruto dessas culturas entrelaçadas. É oportuno destacar que:

O mundo greco-romano era o mundo de Paulo. Por isso, não podemos dizer que Paulo “tomou emprestado” esta ou aquela tradição, convenção ou prática romana. Tampouco podemos usar expressões que sugiram que Paulo esteja “adotando” as maneiras de um romano; a mensagem subentendida em tais afirmações é que Paulo felizmente é de fato um judeu, afinal de contas. Paulo era um judeu romano, as duas coisas juntas. Considerá-lo de outra maneira é distorcer as realidades de suas cartas. (Sampley (org.),2008, p. XVII)

Era natural da cidade de Tarso, uma grande metrópole grega e capital da província romana da Cilícia, na foz do Rio Tarso, que deságua no mar Mediterrâneo.

Figura 1 - Império Romano no período do Novo Testamento.



Fonte - Biblioteca de mapas da Universidade do Alabama.

O mapa acima nos mostra que a região do Mediterrâneo foi de grande importância para o Império Romano no século I. E foi um espaço também muito problemático para a administração romana, por conta das frequentes revoltas em suas províncias. Nesse meio, Paulo viveu entre grandes movimentos, políticos e sociais, mas também se movimentou bastante pelos quadrantes do espaço mediterrâneo. É oportuno destacar que:

Da domesticação de plantas e animais, passando pelos avanços na mineração e metalurgia, no destacamento da cidade, no advento da escrita e no florescimento de culturas religiosas, o Mediterrâneo Antigo foi uma espécie de “banda larga *wireless*” que “conectou” civilizações vizinhas em velocidades desiguais, cada uma delas voltadas para suas pequenas realidades regionais e locais, seus microssistemas-mundo, suas paisagens. (Bovo; Degan, 2017, p. 66)

Essa região foi palco de muitos acontecimentos de destaque, desde o século V a. C., como nos aponta F. F. Bruce, quando diz que:

O próprio Mediterrâneo testemunhou a ascensão e queda de uma sucessão de cidades imperiais. No quinto século a. C., a cidade de Atenas imperou não só sobre o mar Egeu, mas também sobre uma grande área do Mediterrâneo ocidental, incluindo a Sicília. Cartago, uma colônia da cidade-estado fenícia Tiro, controlou durante três séculos o Mediterrâneo ocidental, até que sua rival, Roma, obrigou-a a renunciar a todas as suas possessões no além-mar, depois de derrotá-la na Segunda Guerra Púnica, no fim do terceiro século a.C. (Bruce, 2003, p. 17)

A vida de Paulo se confunde com a própria história da região até nos contrastes. Tanto Paulo quanto o Mediterrâneo vivem, no primeiro século, em torno de três mundos: o grego, o judeu e o romano. Concentremo-nos, no entanto, na relação de Paulo com o mundo romano, seus costumes, tradições e leis. Como um judeu, estudioso da Lei Judaica, vivia e se relacionava com a sociedade em seu entorno, e principalmente, que lições sobre a sociedade romana podemos extrair através dos seus escritos e do que escreveram sobre ele.

Segundo a observação encontrada na introdução às *Epístolas de Paulo*, na Bíblia de Jerusalém: “As epístolas que Paulo nos deixou são escritos ocasionais, jamais devemos esquecê-lo. Não são tratados de teologia, mas respostas a situações concretas.” (BÍBLIA, Introdução às epístolas de São Paulo, p. 1956)

Sendo assim, podemos começar analisando a sua Carta a Filemon, na qual Paulo escreve para Filemon de Colossos, um dos seus convertidos, com o pedido para que ele perdoe seu escravo chamado Onésimo, lhe dando as boas vindas como cristão. Pede, ainda, que o envie de volta, pois precisa da ajuda do escravo nos seus trabalhos. Paulo precisa pedir a Filemon para este lhe ceder Onésimo, do contrário causaria um mal-estar na comunidade cristã e infringiria a lei romana. A carta obteve sucesso e tudo ocorreu como pedido.

A partir dessa passagem, alguns questionamentos podem vir à tonar serem trabalhados nas aulas de História: por que Paulo não se indigna com a condição de escravo de Onésimo? Por que se posiciona claramente contra a escravidão?

Podemos observar uma certa afinidade no posicionamento de Paulo com Sêneca, por exemplo, na questão da escravidão na sociedade romana, pois:

A seus olhos, a escravidão não é um produto da “sociedade”, e sim uma infelicidade individual, e essa infelicidade pode ocorrer a nós também, pois somos homens como eles e sujeitos aos mesmos caprichos da Fortuna que esses infelizes: durante as guerras, os mais nobres personagens reduziram-se à escravidão. (Veyne. 2009, p.73)

Quando Paulo diz: “Permaneça cada um na condição em que se encontrava quando foi chamado por Deus. Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupe com isto.” (1Cor. 7: 21), demonstra esse pensamento de não indignação em relação a condição de escravo. Mas uma diferença entre a atitude de Sêneca e de Paulo é que para este segundo, o “conformismo”

era proveniente da confiança em Deus, e da certeza de que ele confortaria o coração dos sofridos, independente da realidade atual, enquanto que, para Sêneca, essa forma de encarar o fato da escravidão com parcimônia era calcada em convenções e tradições próprias do seu cotidiano, que não transcendiam o mundo material, não iam além do mundo visto pelos próprios olhos.

Não podemos esquecer que Paulo era um homem comum de sua época e é natural que tenha pensado e agido de acordo com as regras que eram vivenciadas por todos e que lhes foram ensinadas. É importante ressaltar que a cultura e a legislação romana fizeram parte da sua educação. Para um romano do século I, “o escravo, tanto na literatura como no direito romano, não tem existência legal. É objeto entre outros objetos, e um objeto do qual se abusa. (Carpeaux, 2011, p.118).

Deste modo, vale lembrar que:

Na prática, como se percebe, o estudo da escravidão deve enveredar pelas relações sociais, notando as resistências e acomodações, os conflitos e as negociações que podiam existir entre senhores e escravos. Ou seja, para entendermos essa instituição, deve-se ter como referencial as multifacetadas relações interpessoais entre senhores e escravos. (Silva e Silva, 2006, p. 113)

É importante destacar que os primeiros convertidos ao Cristianismo pertenciam a classes sociais mais desassistidas e vulneráveis, como estrangeiros, escravos, mulheres, entre outros. Parece interessante pensar que, como líder e fundador de várias comunidades cristãs em um território tão amplo e diante de culturas tão diferentes, que Paulo, para não prejudicar a aceitação por parte das autoridades romanas das novas comunidades, tenha assumido uma postura mais conciliadora em relação a temas potencialmente conflitantes. De outra forma, colocaria em risco a harmonia e consequente sobrevivência das comunidades, desperdiçando todo seu trabalho árduo, repleto de privações e sofrimentos.

Nessa perspectiva, Eric Voegelin nos esclarece que:

O reconhecimento da estrutura social existente, além disso, compatibilizava a comunidade com qualquer sociedade em que o cristianismo se difundisse, influenciando as relações sociais somente através da força do amor fraterno, lentamente transformador. E, finalmente, a autoridade governamental foi integrada na comunidade ordenada por Deus, tornando a comunidade compatível com qualquer forma de governo. (Voegelin. 2012, p. 229)

Era esperado, então, que Paulo tivesse muito cuidado ao analisar a cultura da cidade em que estava chegando, para não ofender os moradores e ao mesmo tempo ganhar a simpatia

deles. Como quando estive em Atenas e, antes de se apresentar ao Areópago, percorreu a cidade e analisou seus rituais e costumes religiosos, começando seu discurso dizendo:

Cidadãos atenienses! Vejo que, sob todos os aspectos, sois os mais religiosos dos homens. Pois, percorrendo a vossa cidade e observando os vossos monumentos sagrados, encontrei até um altar com a inscrição: 'ao Deus desconhecido'. Ora bem, o que adorais sem conhecer, isto venho eu anunciar-vos. A Bíblia (Atos 17: 22-23)

Usando essa tática, de se informar antropológicamente com antecedência sobre a comunidade em que estava chegando, Paulo evitava qualquer mal-entendido desnecessário, e já começava a ganhar a confiança e a atenção do seu público. As descrições feitas, provavelmente por Lucas, seu companheiro de viagens, nos *Atos dos Apóstolos*, nos apresentam a multiplicidade de culturas e o enorme trabalho que tiveram para começar a formar as comunidades cristãs por onde passavam.

É possível fazer uma relação entre os textos históricos e bíblicos em sala de aula, por exemplo, usando os textos de Suetônio (70-122 d.C.), secretário do palácio sob o governo do Imperador Adriano. Suetônio escreveu *A vida dos doze césores*, no qual registrou vários momentos dos governos dos imperadores romanos, inclusive com informações das *Cartas Paulinas* e do livro de *Atos dos Apóstolos*, elaborando, assim, um paralelo entre esses escritos. Reparemos, então, quando Suetônio diz que: “Os judeus, sublevados constantemente por incitamento de Cresto [Cristo], foram expulsos de Roma por ele.” (Suetônio, 2006 p. 263).

Suetônio se referiu, nesse trecho, à realidade política romana durante o governo do Imperador Cláudio (41-54 d.C.). Durante esse período, a cidade de Roma viu nascer uma nova comunidade religiosa, os cristãos, que no início eram confundidos com uma facção dos judeus. Por isso que o autor se refere aos que foram expulsos de Roma como “judeus”. Estes eram, na verdade, cristãos, que tiveram conflitos com os judeus, moradores mais antigos de Roma.

Nos *Atos dos Apóstolos*, podemos ter uma outra perspectiva do mesmo evento quando Lucas descreve o encontro de Paulo com Áquila e Priscila, depois deste ter saído de Atenas e chegado em Corinto. “Lá encontrou um judeu chamado Áquila, natural de Ponto, recém-chegado da Itália com Priscila, sua mulher, em vista de Cláudio ter decretado que todos os judeus se afastassem de Roma.” (At 18: 2)

O Imperador Cláudio, assim como os romanos da época, não sabia quem eram os cristãos, muito menos no que acreditavam. Por isso Suetônio escreve “Cresto” ao invés de Cristo, porque deve ter apenas ouvido falar esse nome de forma indireta. E como Roma prezava pela ordem nas cidades, e principalmente em sua capital, ao primeiro sinal de

distúrbio, expulsaram todos os judeus e os que estavam ligados a comunidade judaica da cidade.

Mas a estrutura das novas comunidades cristãs abria espaços para certas mudanças de papéis sociais. As mulheres ganhavam lugares de destaque e liderança nas atividades diárias, tanto que ele cita o nome de Febe no final da Carta aos Romanos, uma diaconisa, que tinha um papel de destaque na comunidade de Cencreia, quando ele diz “para que a recebais no Senhor de modo digno, como convém a santos, e a assistais em tudo o que ela de vós precisar, porque também ela ajudou a muitos, a mim inclusive.” (Romanos 16: 2)

O destaque dado a Febe, e a ênfase na importância do trabalho dela tanto para Paulo quanto para a comunidade, sugere um tratamento um tanto quanto “igual” entre homens e mulheres nas atividades de conversão dos cristãos. Obviamente, devemos sempre ter em mente a época e os costumes locais. Não podemos cometer anacronismos a partir dos trechos destacados.

Para se ter uma ideia da importância que essa declaração de Paulo tem em relação ao tratamento dado a Febe, convém lembrarmos como a mulher romana era educada e como era seu desenvolvimento na sociedade depois dos doze anos:

Nas famílias ricas, a partir desse momento as moças são encerradas na prisão sem grades dos trabalhos de fuso, que serve para demonstrar que elas não passam o tempo fazendo o que não devem. Se uma mulher adquire uma cultura de salão _ sabe cantar, dançar e tocar um instrumento (canto, música e dança estavam ligados) _, tais talentos serão louvados e apreciados, porém logo se acrescentará que ela é uma mulher honesta. Por fim, cabe ao marido eventualmente cuidar da educação de uma jovem de boa família. (Veyne, 2009, p. 30-31)

É de se admirar a independência e coragem de Febe ao transitar pelas comunidades (provavelmente ela era a portadora da Carta aos Romanos) e o apoio que ela recebia de Paulo e das comunidades cristãs que tinha contato. Já que o destino da mulher romana após os doze anos era restritivo demais, o simples fato de desenvolver uma atividade no espaço público já era motivo de se questionar a sua dignidade.

O papel desempenhado pela mulher nas primeiras comunidades cristãs também pode ser objeto de estudo em sala de aula pois:

A categoria de gênero tem uma história que se inicia com o movimento feminista, nas décadas de 1960 e 1970. Este, em sua luta política, percebeu que tinha de construir uma *História das mulheres*, pois só assim explicaria a subordinação feminina e seus mecanismos e divulgaria a resistência e a luta de muitas mulheres no decorrer da história. (Silva e Silva, 2006, p. 167)

Sendo assim, podemos fazer a relação durante as aulas entre a alusão ao trabalho feminino feita por Paulo em suas cartas à História das mulheres e seu papel na sociedade antiga do Mediterrâneo, como também nos esclarece Roberta Alexandrina da Silva, quando diz que “público e privado, espaço político e doméstico, modernamente construídos, podem ser contestados ao se observar como foram concebidas nas várias cidades e culturas ao longo de todo o mediterrâneo na antiguidade[...]” (Silva, 2009, p. 82).

Além da questão de gênero, que pode ser discutida em sala de aula, ao se fazer a leitura dos escritos paulinos é possível também perceber traços da cultura romana da época. Em suas cartas, os escritos de Paulo de Tarso podem suscitar discussões sobre abordagens de História Cultural, no passado e no presente, que podem dinamizar o processo de ensino-aprendizagem de conteúdos de História na sala de aula. Entendendo cultura como:

[...] tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. (Silva e Silva, 2006, p. 85)

Da mesma forma que História Cultural é entendida nos seguintes termos:

De modo genérico, devem favorecer uma melhor inteligibilidade do passado mediante o conhecimento do universo mental no qual os homens nascem, crescem, pensam, agem, trabalham e morrem. A história cultural quer ser uma ciência antropológica do movimento, da forma, da memória, das representações, do vivo; e, no fim dessa lógica, daquilo que pôde, durante muito tempo, ser considerado indizível (sentimento, sensibilidade). (Tétart, 2000, p. 142)

Dessa forma, para iniciarmos uma análise sobre os traços da cultura romana encontrados nos escritos de Paulo de Tarso, devemos antes observar o que foi escrito sobre ele por Lucas, seu companheiro de viagens e auxiliar mais próximo no projeto catequizador. Os dois personagens carregam em si características das culturas grega e romana, mas vamos nos ater aqui apenas à cultura romana, que emerge dos escritos paulinos e de Lucas, por considerá-las relevantes em relação ao tema proposto pelo artigo.

No livro de Atos podemos observar uma rápida citação da profissão de Paulo, quando do encontro entre ele, Áquila e Priscila, na cidade de Corinto: “Como exercesse a mesma atividade artesanal, ficou ali hospedado e trabalhando: eram, de profissão, fabricantes de tendas.” (Atos 18:3). Alguns questionamentos podem ser feitos, por exemplo, por que dentre várias características de Paulo e vários assuntos que poderiam ser abordados sobre esse encontro, Lucas priorizou citar logo a profissão dos envolvidos nesse evento?

Lucas tinha destacado antes desse trecho a expulsão dos judeus de Roma por ordens do imperador Cláudio (Atos 18: 2) e logo depois citou o encontro e destacou a profissão deles. Mas, por que evidenciar a profissão dessa forma?

Paul Veyne nos esclarece que já na Atenas do século V, os artesãos tinham uma “consciência de classe” que lhes era muito peculiar. O autor infere que, ao lado do ideal de ócio e da política, os romanos também tenham construído uma ideia positiva do trabalho (Veyne, 2009, p. 124). Nesse sentido vale sublinhar:

É assim que em Pompeia os proprietários de certas belas casas decoradas com pinturas e estátuas de mármore eram padeiros, pisoeiros ou fabricantes de louça e se vangloriavam de seu ofício; e alguns deles pertenciam ao Senado municipal de sua cidade. No epitáfio em versos que encomendara a um poeta, um rico agricultor da África conta como fez fortuna com seu trabalho. Pois todos esses ricos comerciantes e artesãos ou grandes agricultores (um epitáfio custava caro) gostam de mencionar sua profissão no epitáfio; informam que trabalharam “laboriosamente”, forma “cambista muito conhecido”, “renomado comerciante de carne de porco e de boi”. (Veyne, 2009, p. 125)

Convém acrescentar, a partir de uma dinâmica temporal que envolva o presente e o passado, que na Antiguidade um padeiro ou um oleiro era um indivíduo socialmente de importância mais elevada do que na atualidade, pois representava um investimento considerável (Veyne, 2009, p.125). Esses detalhes podem passar despercebidos, sem uma leitura mais crítica e atenta dos trechos bíblicos, mas que, com a devida atenção e contextualização, podem ser usados em sala de aula, como ponto de partida para uma discussão mais aprofundada sobre o trabalho e sua importância na Antiguidade.

Ainda sobre traços da cultura romana encontrados nos escritos paulinos e de Lucas, podemos destacar uma passagem um tanto curiosa, citada por Paulo na segunda carta aos coríntios: “Em Damasco, o etnarca do rei Aretas guardava a cidade dos damascenos no intuito de me prender. Mas por uma janela fizeram-me descer em um cesto ao longo da muralha, e escapei às suas mãos.” (2 Coríntios 11: 32-33). Esse ato de fugir em um cesto de uma cidade cercada por muralhas pode parecer, em um primeiro momento, até um pouco de exagero ou uma narrativa fantasiosa.

Porém, o historiador Paul Veyne nos mostra que: “um romano não podia ser realmente ele mesmo no campo, só se sentia em casa na cidade. Principalmente se a cidade era cercada de muralhas.” (Veyne, 2009, p. 170). Assim sendo, podemos ter uma noção de como as cidades na Antiguidade eram construídas e como as pessoas se relacionavam com ela. Diante disso:

[...] a cidade que tem muros pode igualmente se trancar ao escurecer; em consequência, toda entrada ou saída noturna era suspeita; os mal-intencionados não ousavam apresentar-se à guarda que detinha as chaves de cada porta e viam-se obrigados a descer com a ajuda dos cúmplices, num grande cesto, do alto de uma parte mal vigiada das muralhas. (Veyne, 2009, p. 171)

Os exemplos citados demonstram algumas relações que podem ser feitas entre os textos bíblicos e o Ensino de História Antiga. As possibilidades de uso desses textos abrem um leque de opções metodológicas sobre como abordar determinado conteúdo de uma forma diferente. Tentamos apontar neste trabalho algumas possibilidades que nos parecem ricas tanto para entendermos as dinâmicas, como para discutirmos processos sociais e culturais do presente: a História das mulheres, a escravidão na Antiguidade e a História cultural do Império Romano entre outros temas que surjam durante as aulas.

4 CONCLUSÃO

O estudo sobre Ensino de História Antiga nos oferece a oportunidade de repensarmos a forma como ministramos nossas aulas, de como trabalhamos nossos conteúdos em sala de aula e de como podemos melhorar como profissionais da educação. Nossa responsabilidade enquanto professores vai muito além da sala de aula. Por isso o Ensino de História não pode ficar limitado as exigências do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); precisar ir além da preparação para o exame, pois “qual é o papel do professor senão estabelecer uma articulação entre o patrimônio cultural da humanidade e o universo cultural do aluno?” (Pinsky e Pinsky, 2016, p. 20).

Imagem

Site da Biblioteca de mapas da Universidade do Alabama. Disponível em:

[≤http://alabamamaps.ua.edu/historicalmaps/europe/Roman%20Empire/index.htm>](http://alabamamaps.ua.edu/historicalmaps/europe/Roman%20Empire/index.htm). Acesso em: 3 set. 2018.

Documentação Textual

BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Novo Testamento*. 8ª Impressão. São Paulo: Paulus. 2002.

REFERÊNCIAS

- BRUCE, F. F. *Paulo: o apóstolo da graça, sua vida, cartas e teologia*. Tradução: Hans Udo Fuchs. 1ª Edição. São Paulo: Shedd Publicações, 2003.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. História. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez. 2008.
- BOVO, Claudia Regina; DEGAN, Alex. As temporalidades recuadas e sua contribuição para a aprendizagem histórica: o espaço como fonte para a História Antiga e Medieval. *Revista História Hoje*. Vol. 6, nº 12, p. 55-76. 2017. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/366>>. Acesso em: 30 ago. 2018
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura mundial*. 4ª Reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.
- CASTANHO, Gabriel de Carvalho G; SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Propostas e desafios nos usos de documentos históricos em sala de aula. *Revista História Hoje*. Vol.6. nº12 . p. 3-9. 2017. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/398>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- CALMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS. V. 15. n. 28, p. 129-150, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7963>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de; ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”: fontes históricas na construção do conhecimento. *Revista História Hoje*. Vol.6. nº 12, p. 35-54. 2017. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/365/245>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- EHRMAN, Bart D. *Jesus existiu ou não?* Tradução: Anthony Cleaver. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Agir, 2014.
- EUGENIO, Isadora Fonseca; COSTA, Marina Gomes de Sousa. O ENEM e suas repercussões no ensino de História na contemporaneidade: desafios a uma aprendizagem holística e não fragmentada. *Pedagogia em Ação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p.70-81. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/8476/7226>>. Acesso em: 4 jul 2018.
- FRANCISCO, Gilberto da Silva. O lugar da História Antiga no Brasil. *Mare Nostrum*, São Paulo.USP, v.8, n.8, p. 30-61 Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/marenostrom/issue/view/10208/showToc>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

FERREIRA, Paula. Hoje, no Enem, não se avalia o ensino médio, diz presidente do Inep. 10/08/2016. *O Globo online*.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/enem-e-vestibular/hoje-no-enem-nao-se-avalia-ensino-medio-diz-presidente-do-inep-19890009>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo. A renovação da História Antiga. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6ª Edição, São Paulo: Contexto, 2016. p. 95-107.

FERREIRA, Paula. Enem chega aos 18 anos sob críticas, elogios e prestes a mudar de formato. 06/09/2016.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/enem-chega-aos-18-anos-sob-criticas-elogios-prestes-mudar-de-formato-20057881>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. 5ª Edição, Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

LOURENÇO, Ana; PRADO, Ana. Como estudar Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Enem: Veja quais são os temas mais recorrentes e como se preparar. *Guia do Estudante*, 15/05/2018.

Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/como-estudar-ciencias-humanas-e-suas-tecnologias-para-o-enem/>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PINSK, Jaime; PINSK, Carla Bassanezi. O que e como ensinar. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6ª Edição, São Paulo: Contexto, 2016. p. 17-36.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 5ª Reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RUIZ, Rafael. Novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6ª Edição, São Paulo: Contexto, 2016, p. 75-91.

SAMPLEY, J. Paul (Org.). *Paulo no mundo greco-romano: um compêndio*. Tradução: José Raimundo Vidigal. 1ª Edição, São Paulo: Paulus, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2006.

SUETÔNIO. *A vida dos doze césores*. 1ª Edição, São Paulo: Martin Claret, 2006.

SILVA, Roberta Alexandrina da. *A Ambiguidade da Ordenação Feminina: Mulher e Subjetividade nas Comunidades Paulinas Durante os Primeiros Séculos - Tese de Doutorado (História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009*.

Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280154>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SANTOS, Jean Cole Tavares. Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular. *Educar em Revista*, Curitiba. N. 40, p. 195-205. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n40/a13.pdf>> . Acesso em: 4 jul. 2018.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução: Maria Leonor Loureiro. 1ª Edição, Bauru: EDUSC, 2000.

VASCONCELOS, Pedro L; FUNARI, Pedro Paulo. *Paulo de Tarso: um apóstolo para as nações*. 1ª Edição. São Paulo: Paulus. 2013.

VOEGELIN, Eric. *História das ideias políticas – Volume I: helenismo, Roma e cristianismo primitivo*. Tradução: Mendo Castro Henrique. 2ª Reimpressão, São Paulo: É Realizações, 2012.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada: Do Império Romano ao ano mil*. Vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.